

Kultura: polissemia e crioulição em Timor-Leste

Camila Tribess

Professora de Sociologia e Ciência Política do PQLP/CAPES/UFSC

No último dia 21 de novembro de 2014, o PQLP recebeu a professora Dra. Kelly Silva* para mais uma formação continuada do grupo de professores do Programa. Kelly Silva é professora da Universidade de Brasília (UnB) e realiza pesquisas antropológicas em Timor-Leste desde o ano 2000. Em seu trabalho de pesquisa para o doutorado, lançado depois em livro, pesquisou e discorreu sobre o processo de formação do Estado timorense, com suas contradições, dificuldades e a relação conturbada com as Nações Unidas.

A professora falou durante a formação sobre alguns temas centrais com os quais vem trabalhando ultimamente. O primeiro deles é a ideia de “Kultura”, não como uma categoria analítica da antropologia, mas sim como uma palavra polissêmica, utilizada frequentemente nas mais diversas esferas sociais e políticas timorenses para se referir a usos e costumes diversos, que são abstratamente classificados como *timorenses*.

No entanto, a pesquisadora chama a atenção para o fato de que essa categoria de nacionalidade (*timorense*) não é uma categoria válida analiticamente nas ciências sociais, visto que essa construção nacional imaginada, como já apontava Andersen na década de 1990, se baseia em tênues linhas de aproximação, escondendo em si uma diversidade imensa de culturas, línguas, costumes, tradições e estruturas sociais diversas. Silva propõe, ao contrário, que se busque sempre uma especificação do nosso campo de pesquisa, dando enfoque a uma cidade ou um distrito em particular, para não incorrerem em falsas generalizações.

Nesse sentido, a pesquisadora também sugere como hipótese de seus últimos trabalhos um fenômeno argumentativo dos agentes sociais que ela classifica de “crioulição”, ou seja, o uso recorrente de epistemes distintas para justificar atuações a princípio contraditórias na vida social.

Uma vez que as mitologias judaico-cristãs são tão usadas e tão válidas quanto os valores e tradições austronésios para justificar rituais, negociações e interações sociais, em especial os que se relacionam aos casamentos, tema recorrente de estudos da professora, usa-se a ideia de igualdade entre irmãos do cristianismo, ao mesmo tempo em que se pratica trocas matrimoniais típicas da região austronésia e papuásica para que se realizem alianças políticas, familiares e sociais através dos casamentos.

Também se pode perceber que essa crioulição, e aqui é interessante frisar que se utiliza um conceito da linguística, se estende aos aparatos de poder estatal e governamental, já que o

Estado se faz expandir e valer através de rituais que remontam aos tempos coloniais portugueses e que já são percebidos pelas comunidades como *tipicamente timorenses*. É o caso do *tara-bandu*, literalmente traduzido por “pendurar o bando”, ou seja, a placa com a lei colonial vinda de Portugal em tempos passados.

Assim, com o Estado moderno se utilizando dessas práticas, percebe-se que a formação de uma suposta modernidade só se dá pelo conflito e ao mesmo tempo pela apropriação do tradicional/local pelo moderno/ocidental. Podemos ganhar muito analiticamente, para pensar o caso de Timor-Leste, se percebermos que o local e o global, o moderno e o tradicional não são opostos, mas sim se relacionam, mimetizam e se unem para alcançar determinados objetivos.

Da mesma forma, as relações de gênero aqui são absolutamente complexas. A força feminina é vista como superior e sagrada, por ser a força que permite a reprodução da vida. No entanto, essa força é constantemente sequestrada pelo poder masculino, pois a sociedade é recorrentemente vista como um conjunto de homens que, uma vez que eles têm o pertencimento às Casas Sagradas, têm também o monopólio do que chamam de “kultura”, ou seja, de repassar às gerações futuras o que é considerado válido na sociedade.

Além disso, os homens líderes das Casas Sagradas, através de rituais específicos, passam a ter em si o princípio feminino (“feto”), já que este é ao mesmo tempo substantivo e adjetivo, ou seja, ao mesmo tempo que define a mulher, também define o poder feminino e pode ser utilizado por um sujeito homem, que assim representa o sagrado feminino e exclui as mulheres do processo social e tradicional ritual.

Tendo essa discussão em vista, aqui colocada resumidamente, percebemos o quão complexo é qualquer estudo sobre a realidade desse país tão ímpar e, ao mesmo tempo, questionamos nossas certezas, atuações e concepções, que muitas vezes não dão conta de nos fazer perceber o que de fato se passa na realidade de Dili, dos demais distritos e, metaforicamente, de Timor-Leste como um todo.

*A professora Kelly Silva está em Timor-Leste em visita técnica ao projeto de mobilidade acadêmica entre UnB e UNTL, financiado pela CAPES, do qual é coordenadora.